

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1689 | 1º A 6 DE NOVEMBRO DE 2021



DEFENDER OS BANCOS PÚBLICOS É DEFENDER O BRASIL!



Em audiência pública na Assembleia Legislativa, entidades e parlamentares debatem o fortalecimento dos bancos públicos **(pág. 3)**

Empregados aprovam proposta do Saúde Caixa em assembleia virtual, realizada dias 28 e 29/10 **(pág. 5)**

Entidades e BNB discutem novo plano de função das agências e impacto sobre a remuneração do funcionalismo **(pág. 7)**

ARTIGO

TRABALHO PRESENCIAL SÓ COM SEGURANÇA SANITÁRIA. A PANDEMIA NÃO ACABOU!

No último dia 1º/11/2021, o mundo ultrapassou a marca de 5 milhões de mortes causadas em decorrência da pandemia da Covid-19. Na última semana, os óbitos voltaram a subir 5% globalmente, segundo o mais recente relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS). As piores situações são na Europa, que teve 14% mais mortes do que na semana anterior, e na Ásia, com um aumento de 13% no mesmo período. No Brasil, cerca de 55% da população teve seu ciclo vacinal completado até o momento.

O número de mortos pela Covid em todo o mundo é muito superior ao da maioria das epidemias virais dos séculos XX e XXI, como H1N1 e SARS, perdendo apenas para a gripe espanhola, ebola e Aids. No Brasil, mais de 605 mil pessoas já morreram em decorrência da Covid-19.

Entretanto, mesmo com a gravidade da pandemia, do surgimento de variantes como a Delta e a Gama e o aumento de casos em várias partes do mundo, os bancos vêm pressionando a categoria para a volta ao trabalho presencial, como se a pandemia já tivesse acabado, o que ainda não foi decretado pela OMS. Alguns como o Santander, por exemplo, já estão até voltando a atender em horário que era praticado antes de pandemia, ressalte-se, sem negociação com a representação dos funcionários.

Segundo a OMS, a chamada “volta à normalidade” só pode ser “adotada”, quando pelo menos cerca de 70% da população do país estiver completamente vacinada, o que não é o caso do Brasil. Mesmo assim, obedecendo a todos os protocolos sanitários, como distanciamento, álcool em gel e uso de máscaras.

Uma pesquisa do Dieese avaliou as condições de teletrabalho da categoria após mais de um ano de duração dessa modalidade neste período de pandemia de Covid-19. Mais de 13 mil bancárias e bancários responderam ao questionário, que aponta maior incidência de diagnóstico positivo de Covid-19 (38%) entre os que permaneceram no trabalho presencial do que entre aqueles que passaram à modalidade em home office (23%).

Munidos de todos esses dados, estamos negociando com a Fenaban um protocolo mínimo para o retorno ao trabalho presencial, além das negociações banco a banco. A representação da categoria quer a aplicação desse protocolo-base para garantir a segurança dos trabalhadores para que eles possam exercer suas atividades de forma tranquila, reforçando a proteção dos grupos de risco, que queremos que continuem em home office por enquanto, e a adequação dos ambientes de trabalho para essa nova realidade.

Estamos negociando ainda um protocolo de tratamento para funcionários que apresentam sequelas da Covid-19 para que eles possam ser atendidos e tratados de forma adequada.

Outro ponto que também preocupa o movimento sindical e que também está na nossa pauta de reivindicações nas negociações com os banqueiros é o fim das metas abusivas, do assédio e do adoecimento da categoria por conta dessas cobranças, além da garantia do tratamento para os trabalhadores que ficaram doentes por conta dessas ações dos bancos. A pressão que a categoria sofre nos locais de trabalho aumentou muito o adoecimento psíquico e isso não pode deixar de ser abordado.

Queremos um protocolo mínimo, com o uso de máscaras, como importante medida de prevenção da contaminação da Covid-19 e outras medidas protetivas visando sempre a saúde e a vida de todos, bancários e população. #VidaÉLuta!



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://wa.me/5585991295101)



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
 Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
 Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

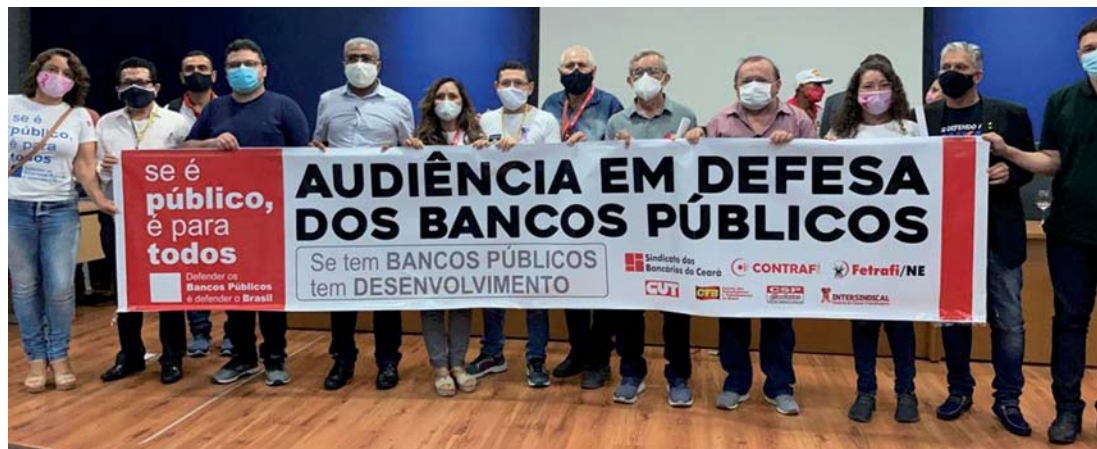
SINDICATO PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

O Sindicato dos Bancários do Ceará esteve presente, na última sexta-feira, 29/10, a uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará que debateu o fortalecimento e a defesa dos bancos públicos. A audiência atendeu a um requerimento da deputada estadual Augusta Brito (PCdoB) e teve como coautor o deputado Guilherme Sampaio (PT).

A mobilização em defesa dos bancos públicos pretende envolver todos os municípios cearenses, engajando o poder público e a sociedade. De acordo com a deputada Augusta Brito (PCdoB), a partir deste encontro, a intenção é levar as discussões sobre o fortalecimento dos bancos públicos para as câmaras municipais do interior do Estado. “Nós queremos mostrar para a população o que os bancos públicos fazem, quais os seus serviços, e porque é importante defender a sua existência e fortalecimento”, apontou. “Nós percebemos que o atual Governo Federal tem a intenção de fragilizar os bancos públicos, reduzindo o número de funcionários e de investimentos. E nós estamos aqui para ressaltar a grande importância dessas instituições para a população, especialmente para aquelas pessoas que precisam acessar algum tipo de crédito ou programa social”, destacou Augusta Brito.

O deputado Guilherme Sampaio (PT), salientou que defender os bancos públicos é defender uma causa de interesse da sociedade brasileira. Para ele, a defesa das instituições significa defender um modelo de Estado e de sociedade, na medida em que a existência desses bancos se relaciona diretamente com a forma como o Estado interage com a dinâmica da economia e quais são os recursos disponíveis para a população acessar os serviços financeiros.

O presidente do Sindicato, Carlos



Eduardo Bezerra, complementou que sem as instituições não há respostas para a crise econômica e não há enfrentamento da desigualdade no País. Ainda segundo ele, sem bancos públicos, o Estado fica incapacitado de induzir o setor privado a ampliar a sua atividade, disponibilizando oportunidades para toda a população. “Convido toda a classe política, toda a classe representativa dos setores econômicos a somar forças conosco para que tenhamos o nosso Estado crescendo, a nossa população atendida, a desigualdade reduzida e a justiça social

com democracia sendo alcançada, em um panorama de esperança para o nosso povo”, pontuou Carlos Eduardo Bezerra.

Participaram ainda da audiência, a diretora do Sindicato, Elvira Madeira, o representante da Intersindical Ceará, Roger Medeiros; o presidente da Apcef/CE, Rochael Souza; a representante da AFBNB, Rita Josina; o presidente da CUT/CE, Wil Pereira; o presidente da CTB/CE, Luciano Simplício; a presidente da Fetamce, Enedina Soares; o presidente do Psol/CE, Alexandre Uchôa; dentre outras autoridades.

Confirmado: GDP da Caixa visa forçar “mudança de cultura”

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal se reuniu com o banco dia 27/10 para dar continuidade às negociações sobre condições de trabalho nas agências e departamentos da Caixa. Em pauta, estava o retorno ao trabalho presencial dos empregados de grupos de risco à Covid-19 e temas relacionados ao programa de Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP), Programa de Qualidade de Vendas (PQV), PLR, promoção por mérito, cross-selling (venda casada) e assédio.

“Infelizmente não conseguimos debater sobre todos estes temas, pois o que ouvimos sobre o retorno ao trabalho presencial e principalmente sobre a GDP nos deixaram estarecidos”, afirmou a coordenadora da CEE, Fabiana Uehara Proscholdt, ao informar que o banco reconheceu que novos mecanismos da GDP, como a “curva forçada” visam mudar a cultura dos empregados da Caixa e estabelecer valores empresariais de mercado e forçar a competição pela venda de produtos.

Logo no início da reunião, a coordenadora da CEE ressaltou que a Caixa é o único banco que convocou até mesmo os empregados que fazem parte dos grupos de risco para o retorno ao trabalho presencial e reforçou o pedido de prorrogação do prazo para as pessoas solicitarem a manutenção do trabalho em home office. A

RETORNO PRESENCIAL – Logo no início da reunião, a coordenadora da CEE ressaltou que a Caixa é o único banco que convocou até mesmo os empregados que fazem parte dos grupos de risco para o retorno ao trabalho presencial e reforçou o pedido de prorrogação do prazo para as pessoas solicitarem a manutenção do trabalho em home office. A



coordenadora da CEE alertou que os cientistas afirmam que o retorno somente deve acontecer quando 70% da população estiver vacinada e o grupo de risco com a dose de reforço e que mães com filhos menores de um ano também devem permanecer em home office, uma vez que é muito curto o tempo para a recolocação das crianças em creches devido à falta de vagas. A representação dos empregados também cobrou que o novo protocolo seja inserido no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e que os gestores de unidades sejam muito bem informados com relação à orientação sobre a possibilidade de contestação do chamado de retorno para os casos específicos. A Caixa se comprometeu a melhorar a comunicação aos gestores e aos empregados.

CONTRATAÇÕES – A Caixa informou que no 1º semestre foram contratados 2.800 novos empregados. De agosto até 25/10 foram contratados outros 1.500. A portaria do Ministério da Economia, publicada em agosto, autoriza a contratação de mais 3.300

novos empregados, aproximadamente. “Precisamos que estas contratações sejam realizadas o mais rápido possível para desafogar os empregados que estão sobrecarregados, sem colocar em risco aqueles que têm necessidade de se manterem afastados até que haja segurança para o retorno ao presencial”, cobrou a coordenadora da CEE.

GDP – O ponto mais polêmico da reunião foi o debate sobre as novas medidas do programa de Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) implementadas em 2021. Para a coordenadora da CEE, a maior preocupação é com o reflexo da GDP na carreira dos trabalhadores. “Se o banco vai utilizar esta ferramenta para a gestão do desempenho de seus empregados, queremos discutir formas para que a ferramenta não seja utilizada para o assédio, o ranking, enfim, como forma de medir apenas a capacidade de venda de produtos, sem avaliar o desempenho como um todo”, disse. Segundo uma representante da Caixa, o banco quer que seus empregados tenham “valores empresariais” e a “curva forçada”, visa mudar a cultura de trabalho e aumentar o interesse de ascensão profissional, ao ajudá-lo a se comparar com os demais. A CEE sugeriu realizar uma pesquisa conjunta sobre o programa de GDP e os mecanismos utilizados por ele.

A próxima reunião de negociações não foi marcada. O banco entrará em contato com a coordenação da CEE durante a semana para agendar.



Aprovado modelo de gestão e custeio do Saúde Caixa

Por ampla maioria, as assembleias realizadas nas bases do Comando Nacional dos Bancários em todo país aprovaram o novo modelo de gestão e custeio do plano de saúde dos empregados da ativa, aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal, o Saúde Caixa. Cerca de 87% dos votantes aprovaram a proposta no sistema de votação eletrônico disponibilizado pela Contraf-CUT aos sindicatos (VotaBem).

No Ceará, 94,39% dos empregados votaram pela aprovação da proposta, 4,97% votaram contra e 0,64% se abstiveram.

“É uma grande vitória dos trabalhadores. Se a proposta não fosse aprovada, o banco poderia implementar reajustes desconsiderando o pacto intergeracional e a solidariedade, prejudicando os aposentados e quem tem os menores salários”, comemorou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

O modelo de custeio aprovado não traz alterações nos princípios de solidariedade e no pacto intergeracional estabelecidos desde o início do Saúde Caixa. Também foi mantida a proporcionalidade do custeio entre os empregados (30%) e a Caixa (70%), limitado a 6,5% da folha de pagamentos e proventos, devido a uma alteração realizada pelo banco em seu estatuto.

A alteração mais significativa é a autorização de cobrança de um valor extra na parcela de novembro de 2022 (quando é pago o 13º salário), para fazer frente à necessidade de aumento de arrecadação para cobrir os 30% dos custos do plano que são de responsabilidade dos empregados.

“A consultoria atuarial que contratamos para analisar os documentos da Caixa apontou a necessidade de aumento da arrecadação. Estabelecer a cobrança no mês do 13º, quando os empregados estão mais capitalizados, foi a forma que encontramos para evitar os aumentos mês a mês, o que poderia aumentar os custos sem ter como sustentá-lo. Mas, a maior vitória mesmo foi a manutenção da proporcionalidade de custeio (70/30) e todos os princípios do plano”, concluiu a coordenadora da CEE.

Cassi e BB terceirizam atendimento à saúde mental

A parceria entre o Banco do Brasil, Cassi e a Vittude, desenvolvedora de ferramentas de inteligência artificial e atendimento psicológico on-line, preocupa as entidades sindicais e de defesa dos trabalhadores do BB. “Sempre defendemos a ampliação da oferta de atendimento psicológico na Cassi, mas essa decisão de terceirizar o atendimento, de modo on-line e, ainda, sem dialogar com o movimento sindical, nos deixou em alerta”, pontuou João Fukunaga, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB).

A parceria sequer foi apresentada ou discutida com as equipes técnicas da Cassi, o que representa risco para a evolução do modelo baseado na Atenção Integral. Foi uma iniciativa do Banco do Brasil que, depois, envolveu a Cassi. Os dirigentes da Cassi acabaram se submetendo, mais uma vez, às decisões do BB, aceitando a contratação sem uma discussão ampla com os próprios associados.

Na divulgação da parceria, o BB e a Cassi afirmaram que o acordo com a Vittude faz parte do pilar Apoio Psicológico do Programa Saúde Mental (PSM).

O PSM da Cassi tem mais de 20 anos e não nasceu por acaso, mas de uma necessidade cada vez maior de atender a demanda de trabalhadores do BB. Um estudo recente do Dieese, abordado no texto “Suicídios na categoria reforçam necessidade de medidas protetivas”, revelou que, entre 2012 e 2017, os bancos foram responsáveis por 15% dos afastamentos por causas mentais entre todos os setores de atividade econômica. Quando se trata de depressão, a proporção no período aumentou para 16%. O levantamento apontou ainda que, de 2009 a 2013, houve uma elevação de 70,5% dos casos de Transtorno Mental entre os bancários, contra 19,4% nas demais categorias.

As CliniCassi estão equipadas com profissionais preparados para a condução das ações em Saúde, incluindo psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais, além de psiquiatras nas CliniCassi de maior porte. Atualmente, no Plano Associados da Cassi existe a cobrança de coparticipação equivalente a 40% no valor das consultas. Nas mesas de negociação temos pedido, reiteradamente, que o banco arque integralmente com os custos dos atendimentos psicológicos em caso de adoecimento mental decorrente do trabalho.

Itaú pressiona bancários do grupo de risco a retornarem ao trabalho presencial

Por meio de gestores, e escorado pelo departamento médico, o Itaú tem ignorado as condições clínicas individuais e pressionado a retornarem ao trabalho presencial bancários do grupo de risco e com comorbidades graves, como câncer, cardiopatias, lúpus, imunossupressão; e transplantados. Esses trabalhadores têm relatórios médicos recomendando o home office.

Essa pressão para o retorno ao trabalho presencial ocorre mesmo sem o banco estar oferecendo um ambiente seguro nas agências e departamentos – como testagem recorrente, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) de ponta, higienização frequente do local de trabalho, troca constante do ar e



ambientes livres de aglomeração.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

– Em contato com o Itaú, o Sindicato cobrou que o médico do trabalho e o banco assinem um termo de responsabilidade sobre a vida e a saúde desses trabalhadores com comorbidade e do

grupo de risco que estão sendo pressionados a retornarem ao trabalho presencial.

O Itaú tem de respeitar as condições de saúde dos trabalhadores. Já que uma série de bancários já estão retornando presencialmente, por que não deixar os casos de funcionários com comorbidade e do grupo de risco em home office, com equipamentos necessários para o desempenho da função profissional?

Segundo dados levantados pela representação dos funcionários, um grupo muito pequeno de trabalhadores se encontra nessas condições, que além de terem o problema de saúde, ainda sofrem pressão para o retorno, o que pode resultar em problemas de ordem psicológica.

CURSO CPA-20: INSCRIÇÕES ABERTAS PARA NOVA TURMA

O Sindicato dos Bancários do Ceará está com inscrições abertas para uma nova turma do curso preparatório de certificação profissional Anbima – CPA-20, em parceria com o professor João Henrique Lemos, voltado, exclusivamente, para bancários sindicalizados.

O curso se inicia dia 6 de dezembro, com 11 encontros e previsão de conclusão no dia 18/12. O material está atualizado a partir de setembro/2021 e as aulas serão presenciais, ministradas no auditório do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro). De segunda a sexta, as aulas acontecem das 19h às 22h e aos sábados, das 8h30 às 16h.

O aluno receberá material didático com 100% do conteúdo programático exigido pela Anbima, cópia de todos os slides utilizados durante o curso e exercícios/simulados com aproximadamente 400 questões resolvidas e comentadas durante as aulas.

O CPA-20 certifica profissionais que atuam na venda de produtos de investimento ou na manutenção de carteiras nos segmentos varejo alta renda, private banking, corporate e investidores institucionais, em agências bancárias ou plataformas de atendimento. Ao obter a CPA-20, o profissional pode, automaticamente, exercer as atividades abrangidas pela CPA-10.

O conteúdo do curso envolve temas como Sistema Financeiro Nacional e Participantes do Mercado; Compliance Legal, ética e análise do perfil do investidor; princípios básicos de economia e finanças; instrumento de renda variável, renda fixa e derivativos; fundos de investimento; previdência complementar aberta: PGBL e VGBL; mensuração, gestão de performance e riscos.

INSCRIÇÕES – Os interessados devem entrar em contato com a Secretaria de Formação, através do telefone (85) 3252 4266, ramal 4, no horário das 9h às 15h. O investimento será de R\$ 449,00 e deverá ser pago diretamente no site www.joaohenriquelemos.com, podendo ser parcelado em até 12x no cartão, pelo Pagseguro.

CPA-20

Período: de 06 a 18 de dezembro de 2021
Local: auditório do Sindicato dos Bancários do Ceará (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro)
Informações: 85 3252 4266 ou Prof. João Henrique (85) 99925-9380.



BNB: NEGOCIAÇÃO DEBATE NOVO PLANO DE FUNÇÕES DAS AGÊNCIAS

A Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB) esteve reunida na última sexta-feira, dia 29/10, com a direção do Banco, para debater o novo plano de funções das agências, anunciado recentemente pela Instituição. A reunião aconteceu em formato híbrido, com alguns representantes dos funcionários presentes à sede administrativa do Passaré e outros participando virtualmente.

No início, o Banco fez uma explanação sobre o novo plano de funções. De acordo com a Instituição, 35% dos funcionários terão aumento de remuneração. O Banco acrescentou ainda que nenhum funcionário terá redução salarial e haverá um prazo de 120 dias para adequação do quadro funcional.

O diretor de Administração, Haroldo Maia Jr., enfatizou que o plano estava em discussão desde 2016, sendo aprovado em 2018, e que não havia sido implementado ainda por uma questão operacional. O Banco enfatizou ainda

que a hora trabalhada foi majorada e que não há possibilidade de permanecer vinculado ao plano antigo.

A CNFBNB, entretanto, fez alguns questionamentos. Logo após a apresentação do Banco, a representação dos funcionários quis saber sobre a situação daqueles que não teriam aumento de remuneração. O Banco afirmou que esses não terão prejuízos, mas a Comissão destacou que algumas funções de oito horas estão sendo reduzidas para seis horas e que isso acarretará perda de remuneração. O Banco justificou que esses funcionários terão jornada reduzida.

A Comissão questionou ainda sobre o asseguramento de função para quem tiver redução de remuneração. O Banco informou que esses funcionários terão asseguramento por 24 meses ou prazo para migrar para uma função de maior valor.

Nova reunião de negociação com o Banco deve acontecer até o final da primeira quinzena de novembro.



“Embora o debate tenha sido sobre plano de funções para as agências, questionamos o Banco sobre a trava que existe na Direção Geral para concorrência de funções entre diretorias. O Banco assegurou que em breve essa trava deixará de existir, dependendo tão somente do fim do processo de atualização das estruturas organizacionais da Dirge, que está em fase avançada”.

Tomaz de Aquino, diretor do SEEB/CE e coordenador da CNFBNB

PIONEIRISMO CONTROVERSO DO SANTANDER PREJUDICA FUNCIONÁRIOS

Desde o dia 4 de setembro, o Santander voltou a abrir suas agências das 9h às 10h para atendimento prioritário e das 10h às 16h para o público em geral. Nenhum outro banco retomou o horário de atendimento pré-pandemia. A medida foi tomada sem qualquer tipo de negociação com a representação dos trabalhadores.

“Na ocasião lamentamos a atitude do banco, mostramos nossa discordância e alertamos que isso prejudicaria os funcionários, que estariam mais expostos ao vírus da Covid-19. Menos de um mês após a medida, já constatamos grandes filas nas agências após às 14h, quando os demais bancos já estão fechados ao público. Isso causa aglomerações e aumenta ainda mais os riscos para clientes e funcionários”, alertou o representante da Contraf-CUT na mesa de negociações com o banco, Mario Raia.

O dirigente lembrou, ainda, que o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos



funcionários determina que, qualquer medida que tenha consequências diretas no dia a dia de trabalho, deve ser negociada com o movimento sindical, se referindo ao Comitê de Relações Trabalhistas (CRT), previsto na cláusula 35 do ACT, que em seu parágrafo primeiro define que as demandas do Santander e dos empregados, que não tratem de questões econômicas e de interesse local dos sindicatos, deverão ser encaminhadas através do Comitê.

PIONEIRO – A volta da abertura das agências até às 16h era uma pauta

que estava sendo debatida entre os bancos que fazem parte da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), mas não houve consenso e o encaminhamento foi de que a medida seria tomada de forma individual. “O Santander, como sempre, é o pioneiro entre os bancos nestas questões que podem causar algum dano aos trabalhadores. O banco não tem medo de mostrar que não se importa com o que possa acontecer com seus funcionários. A única coisa que importa é o lucro”, lamentou o dirigente da Contraf-CUT.

Uma pesquisa do Dieese avaliou as condições de teletrabalho da categoria após mais de um ano de duração dessa modalidade neste período de pandemia de Covid-19. Mais de 13 mil bancários responderam ao questionário, que aponta maior incidência de diagnóstico positivo de Covid-19 (38%) entre os que permaneceram no trabalho presencial do que entre aqueles que passaram à modalidade em home office (23%).

Ação contra a fome

O Comitê Betinho conseguiu distribuir mais de 63 toneladas de alimentos, com investimentos de R\$ 289.775,35, e 400 cobertores, ao custo total de R\$ 11.320,00, desde o início da pandemia, em abril de 2020, através do programa Ação Contra a Fome e o Frio. Como doar: 1 – Doação em conta corrente: Titular Ação da Cidadania – Comitê Betinho; CNPJ: 02.336.848/0001-11. Banco do Brasil: Agência: 0018-3, Conta Poupança: 85406-9 (variação 51); Bradesco: Agência: 3003-1, Conta Poupança: 1008818-6; Caixa: Agência: 1004, Conta Poupança: 013-97707-8; Itaú: Agência: 7657, Conta Poupança: 13753-0/500; Santander: Agência: 0001, Conta Corrente: 13-027407-9.

Pfizer para crianças

A Pfizer anunciou dia 27/10 que pedirá aprovação para o uso da vacina Comirnaty, contra a Covid-19 em crianças de 5 a 11 anos no Brasil. O pedido será enviado à Anvisa em novembro. A data, porém, ainda não foi definida. A solicitação segue a linha da que foi enviada ao Food and Drug Administration (FDA), nos Estados Unidos. Um painel do órgão já havia recomendado o uso do imunizante para a faixa etária na última terça-feira. Até o momento, não há previsão para o Brasil começar a vacinar crianças de até 11 anos contra a Covid-19. Atualmente, a vacina da Pfizer pode ser aplicada em adolescentes a partir de 12 anos no Brasil.

Desemprego

Com aumento da informalidade, trabalho por conta própria e sem carteira assinada, portanto, sem os direitos previstos em lei, a taxa de desemprego recuou para 13,2% no trimestre encerrado em agosto, atingindo 13,7 milhões de trabalhadores, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), divulgada dia 27/10, pelo IBGE. A taxa de informalidade passou de 40% no trimestre encerrado em maio para 41,1%, no trimestre encerrado em agosto, totalizando 37 milhões de trabalhadores. O número de trabalhadores sem carteira assinada, aumentou 10,1% na comparação com o trimestre móvel anterior e 23,3% na comparação anual, somando 10,8 milhões de pessoas.